



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária - Compensação Snuc

Parecer nº 82/IEF/GCARF - COMP SNUC/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0037365/2021-54

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Diretoria de Unidades de Conservação - DIUC/IEF

Gerência de Compensação Ambiental e Regularização Fundiária - GCARF

1. DADOS DO EMPREENDIMENTO

| | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Empreendedor / Empreendimento | JOSÉ PEREIRA DE SOUZA FAZENDA INDIANA Matrículas 11.925, 11.926, 19.797, 19.795 e 19.796 |
| CNPJ/CPF | 088.479.836-49 (pessoa física) |
| Município(s) | Zona Rural de Santa Vitória - MG |
| Nº PA COPAM | 10894/2018/001/2019 |
| Nº SEI | 2100.01.37365/2021-54 |
| Atividade - Código (DN COPAM 217/17) | G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (4); F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação (2); G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (NP). |
| Classe | 4 (área de 1.600 ha, portanto >1000 ha) |
| Licença Ambiental | Certificado LOC Nº 146/2020 Lic. Operação Corretiva – LAC 1 Supram Triângulo Mineiro, datada de 18/12/2020; validade 08 anos (doc. SEI 30959450) |
| Condicionante de CA | 05 (pág. 47/52, PU SUPRAM TMAP Nº 0562417/2020): “Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, processo de compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000 e Decreto Estadual 45.175/2009. O processo de compensação deverá atender aos procedimentos estipulados pela Portaria do IEF Nº 55, de 23 de abril de 2012. OBS.: Apresentar o comprovante do protocolo à SUPRAM TM [180 dias]” |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Estudos Ambientais | EIA (doc. SEI 31118413) / RIMA (doc. SEI 31118416); PCA (doc. SEI 31118417); PU SUPRAM TM N° 0562417/2020 (SIAM) (doc. SEI 31118406) |
| Valor de referência do empreendimento O Empreendedor, bem como o profissional habilitado responsável pelo preenchimento dos documentos contábeis, informam Planilha VR (doc SEI 30959448), devidamente assinada e datada em 15/06/2021. A planilha foi inserida na árvore do processo como Requerimento SNUC, erroneamente. | Valor do VR: R\$ 19.703.453,20 O empreendedor apresentou "Justificativa dos Itens Zerados" da planilha VR (Doc. SEI 32624173), que foram devidamente acatadas. |
| Valor de Referência Atualizado - VRA (período entre jun/2021 a nov/2022) (tx.TJMG = 1,1173430) | VRA = R\$ 22.015.515,51 |
| Valor do GI apurado: | 0,500% |
| Valor da Compensação Ambiental (GI x VRA) – (nov/2022) | R\$ 110.077,58 |

1.1 Informações gerais

O empreendimento encontra-se inserido na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão dos Patos, PN3, bacia do rio Paranaíba (Baixo Rio Paranaíba), com área total de 2.063,4230 hectares e área útil de 1.738,41 hectares.

As áreas da Fazenda Indiana são compostas por plantio de cana-de-açúcar com alguns fragmentos de cerrado (matas secas), veredas e lagoas espalhadas pela fazenda. (pág. 119, EIA).

"Na Fazenda Indiana foram identificados 12 barramentos, sendo 07 passíveis de Outorga De Direito de Uso de Águas e 05 considerados passíveis de Cadastro de Consumo Insignificante conforme estabelecido pela Deliberação Normativa CERH n° 09, de 16 de junho de 2004. A finalidade de uso da água captada nos barramentos é para irrigação (salvamento de cana-de-açúcar), dessedentação animal e abastecimento de caminhões tanques"(pág. 33, EIA).

Na figura 4, da pág. 34 do EIA, podemos perceber que os 12 barramentos inseridos na Fazenda Indiana encontram-se, em sua maioria, nas veredas existentes da propriedade.

Na pág. 39 - 40/52 do PU 0562417/2020, quando mencionado o item "9.4 Projeto Técnico de Recomposição da Flora", lemos:

A APP da Fazenda Indiana ocupa um total de 161,5234 ha sendo que 75,5334 estão preservados, **85,99 ha** compõem a parcela sujeita ao PTRF, e 12,2172 ha são intervenções antrópicas e consolidadas (barramentos e suas estruturas). Essas áreas estão inseridas no Bioma Cerrado e a fitofisionomia típica é do tipo "Vereda".

[...]

A técnica de recomposição escolhida é a **regeneração natural**. Optou-se por esta técnica em função das áreas alvo do PTRF estarem cercadas e isoladas de forma contígua ao cerne da APP, que possui vegetação nativa densa e bem definida, permitindo que as bordas (alvo do PTRF) se regenerem de maneira satisfatória, em termos qualitativos e quantitativos, utilizando o banco de sementes local.

1.2. CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI

| Índices de Relevância | Valoração Fixada | Valoração Aplicada | Índices de Relevância |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|-----------------------|
| <p>1. Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e PU Supram, apontaram para a ocorrência de espécies endêmicas, ameaçadas e vulneráveis nas áreas de influência do empreendimento.</p> <p>Na pág. 145, EIA, tabela 12, são citados espécies ameaçadas de extinção, conforme classificação da lista da Portaria 444, MMA:</p> <p><i>Lycalopex vetulus</i> (Lund, 1842), <i>Raposinha-do-campo</i> (VU); <i>Myrmecophaga tridactyla</i>, tamanduá – bandeira (VU); <i>Tapirus terrestris</i>, Anta (VU);</p> <p>Sobre as aves, na pág. 106, EIA, lemos: "<i>Foram registradas 03 espécies endêmicas do bioma Cerrado brasileiro, chorozinho-de-bico-comprido (Harpiloch muslongirostris), gralha-do-campo (Cyanocorax cristetellus) e bico-de-pimenta (Saltatricula atricollis). Foi registrada 01 espécie de ave considerada sob algum risco de ameaça de extinção, a ema (Rhea americana) considerada Quase Ameaçada no Estado de Minas Gerais de acordo com a Deliberação Normativa COPAM Nº 147</i>".</p> | 0,0750 | 0,0750 | X |
| <p>2. Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras)</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>"O empreendimento possui como atividade principal as Culturas Anuais e também desenvolve atividade de Bovinocultura em regime extensivo e atividade de posto de abastecimento de combustíveis" (pág. 3, PCA). Se temos a atividade de bovinocultura, temos também a introdução de espécies alóctones na área da Fazenda Indiana, justificando a marcação deste item.</p> | 0,0100 | 0,0100 | X |
| | | | |

| | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------|--------|---|
| <p>3. Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação</p> <p><u>Razões para a marcação dos itens</u></p> <p>O empreendimento está localizado no domínio do bioma Cerrado.</p> <p><i>Na propriedade as áreas de Vereda estão associadas aos cursos d'água, sendo identificadas ao longo destes em toda a propriedade (pág. 107, RIMA). O mapa da figura 108, desta página, e o mapa de inventário florestal apresentado, mostra as várias veredas dentro da propriedade e que sofrem a influência direta dos plantios. "A Fazenda Indiana (Figura 84) é composta por fragmentos de cerrado, com fitofisionomia de cerradão e veredas, circundada por área de monocultura de cana-de-açúcar e pastagens, nas áreas também foram encontradas várias lagoas / barramentos" (pág. 89, RIMA).</i></p> <p>No RIMA apresentado, lemos na pág. 87 que: "O desmatamento das áreas para os empreendimentos podem acarretar alguns impactos sobre a herpetofauna, principalmente para os anfíbios, que possui uma área de vivencia mais curta que os répteis. O desmate pode impactar os animais que vivem em áreas úmidas, áreas estas de extrema importância para sua reprodução de anfíbios, além do fato, com a supressão desta vegetação diminuindo os refúgio/abrigos e alimentos. Fragmentos pequenos são capazes de sustentar apenas pequenas populações que permanecem isoladas. Populações isoladas e de tamanho reduzido correm maiores riscos de extinção devido a diversos fatores como depressão endogâmica, redução da variabilidade genética e maior suscetibilidade a fatores estocásticos negativos" (pág. 76, RIMA).</p> | Ecosistemas Especialmente protegidos | 0,0500 | 0,0500 | X |
| | | | | |

| | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------|--------|---|
| | Outros Biomas | 0,0450 | 0,0450 | X |
| 4. Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos <u>Razões para não marcação do item</u> No mapa de cavidades apresentado temos demonstrado que o empreendimento encontra-se fora de área de potencialidade de ocorrência de cavidades. Não afeta nenhuma cavidade já levantada pela CECAV. | | 0,0250 | | |
| 5. Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável <u>Razões para não marcação do item</u> O empreendimento não afeta zona de amortecimento, nem unidades de conservação de proteção integral, conforme consta no “Mapa Empreendimento e Unidades de Conservação” abaixo. A unidade de conservação mais próxima do empreendimento é o Refúgio de Vida Silvestre Estadual dos Rios Tijuco e da Prata, localizado nos municípios de Ituiutaba e Gurinhatã. Distante o suficiente para não impactar o mesmo. | | 0,1000 | | |
| | | | | |

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------|--------|---|
| 6. Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação” <u>Razões para não marcação do item:</u> No mapa (abaixo) elaborado com as poligonais enviadas pelo empreendedor e as áreas consideradas prioritárias para a conservação, eleitas pela Biodiversitas, verifica-se que o empreendimento em análise não interfere em nenhuma área considerada prioritária. | Importância Biológica Especial | 0,0500 | | |
| | Imp. Biol. Extrema | 0,0450 | | |
| | Imp. Biol. Muito Alta | 0,0400 | | |
| | Imp. Biol. Alta | 0,0350 | | |
| 7. Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar <u>Razões para a marcação do item</u> Temos demonstrado nos estudos ambientais e Parecer da SUPRAM, vários impactos relativos a este item. <i>A remoção das áreas de matas ciliares e de mata de galeria aumenta os impactos das monoculturas nos sistemas aquáticos, pois permitem a maior entrada de substâncias vindas das áreas de platô, degradando a qualidade da água e aumentando o processo de erosão. [...] É necessário processos de tratamento e destinação adequados para os resíduos gerados pelas plantações, além de maior atenção na proteção das matas ciliares e de galeria, além das áreas de veredas. Uma maior distância das áreas de plantações dos corpos d'água é indispensável para a manutenção dos sistemas aquáticos, que são essenciais para a manutenção da diversidade e para qualidade dos recursos hídricos. (pág. 116, EIA, quando cita Degradação de Sistemas Aquáticos).</i> <i>A emissão de poeira é um impacto onde não existem medidas eficazes de controle ou prevenção total, no entanto sua emissão fica restrita à ADA (pág. 329, EIA).</i> | | 0,0250 | 0,0250 | X |

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|---|
| <p>8. Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p>Temos demonstrado nos estudos a presença de 12 barramentos na Fazenda Indiana.</p> <p>Os barramentos foram formados para viabilização do empreendimento agropecuário. Destaca-se novamente que em sua maioria, os barramentos foram feitos nas veredas, provocando o soerguimento dos aquíferos.</p> | 0,0250 | 0,025 | X |
| <p>9. Transformação de ambiente lótico em lântico</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Todo barramento/represa é a transformação de ambiente lótico em lântico. Como mencionado anteriormente existem 12 barramentos na Fazenda Indiana, justificando a marcação deste item.</p> | 0,0450 | 0,0450 | X |
| <p>10. Interferência em paisagens notáveis</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Entende-se por paisagem notável região, área ou porção natural da superfície terrestre provida de limite, cujo conjunto forma um ambiente de elevada beleza cênica, de valor científico, histórico, cultural e de turismo e lazer.</p> <p>Verifica-se na Fazenda Indiana vastas áreas com a presença de veredas, que são fitofisionomias muito particulares, cujo conjunto forma um ambiente de elevado valor científico e ainda pouco estudado. Este ambiente sofre continuamente com a interferência da monocultura ao seu redor, sendo este item portanto considerado na marcação do Grau de Impacto – GI.</p> | 0,0300 | 0,0300 | X |
| <p>11. Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM não deixam dúvidas de que as atividades inerentes ao empreendimento promovem a emissão de gases de efeito estufa (GEE), principalmente devido ao uso de máquinas pesadas que fazem uso de combustível fóssil.</p> <p><i>As emissões atmosféricas são inerentes à atividade do empreendimento, nas etapas que envolvem o uso de maquinário pesado e seus equipamentos. As emissões devido à queima de combustíveis em veículos (externos e internos) e</i></p> | 0,0250 | 0,0250 | X |

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|---|
| <p><i>equipamentos possuem potencial de extrapolar os limites da ADA em função do seu estado físico (gases e particulados finos) - (pág. 329 do EIA,)</i></p> | | | |
| <p>12. Aumento da erodibilidade do solo</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p><i>"A principal cultura agrícola explorada pela propriedade é a cana-de-açúcar sem queima" (pág. 47, EIA).</i></p> <p>Na operação de reforma, após a colheita da cana-de-açúcar é feita uma gradagem para eliminar soqueiras e outros restos culturais da cana-de-açúcar, propiciando melhores condições físicas do solo. Geralmente procede-se o plantio de 1 a 2 anos com culturas anuais (grãos) como a soja e outras leguminosas objetivando a rotação de culturas (pág. 48, EIA). Podemos perceber nos estudos apresentados que o rodízio de culturas (milheto e soja) e o uso do solo para a cana de açúcar é intenso. A circulação de veículos e maquinários inerentes ao cultivo da cana é um desafio à manutenção das estradas e acessos internos, que por sua vez, quando mal drenados podem se tornar espaço para o princípio de focos de erosão que são mais recorrentes em áreas de solo exposto e vulneráveis à ação de águas pluviais, sendo a erosão do solo uma possibilidade entre os impactos ambientais do meio físico.</p> <p>Os acessos abertos na propriedade para a utilização dos veículos e máquinas aumentam a área exposta às intempéries, aumentando a erodibilidade do solo.</p> | 0,0300 | 0,0300 | X |
| <p>13. Emissão de sons e ruídos residuais</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais demonstram que no empreendimento em análise, são utilizadas máquinas e equipamentos que podem ultrapassar níveis laborais em decibéis. Além de afetar a saúde humana, esse tipo de impacto implica na geração de impactos na fauna, podendo causar o seu afugentamento e consequentemente interferência em processos ecológicos, como dispersão de sementes de espécies nativas regionais.</p> | 0,0100 | 0,0100 | X |

| | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------|---------------|
| <p>Na pág. 138, EIA, lemos: "Os ruídos causados pelos maquinários da fazenda podem afugentar os animais, podendo causar atropelamentos, além da possível geração e armazenamento de resíduos potencialmente poluidores (entulhos, vazamento de maquinários, etc.)."</p> <p>Quanto a origem dos ruídos, é citado na pág. 319, EIA: Ruídos: são oriundos do emprego do maquinário pesado utilizado (tratores, caminhões e outros) que efetuam a colheita, transporte, aplicação de insumos e defensivos agrícolas, e os motores de irrigação.</p> | | | |
| Somatório Relevância (FR) | 0,6650 | | 0,3700 |
| INDICADORES AMBIENTAIS | | | |
| <p>Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os impactos ambientais tendem a ocorrer por prazo superior à vida útil de qualquer empreendimento. A natureza do empreendimento, bem como suas atividades apontam para uma temporalidade maior que 20 anos.</p> | | | |
| Duração Imediata – 0 a 5 anos | 0,0500 | | |
| Duração Curta - > 5 a 10 anos | 0,0650 | | |
| Duração Média - >10 a 20 anos | 0,0850 | | |
| Duração Longa - >20 anos | 0,1000 | 0,1000 | X |
| Total Índice de Temporalidade (FT) | 0,3000 | | 0,1000 |
| <p>Índice de Abrangência</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Conforme consta nos estudos ambientais entre as atividades da Fazenda Indiana temos o plantio e colheita da cana e outros grãos como milheto e soja, que serão utilizados na ADA e fora dela. A cana será transportada para Usina no mesmo município, portanto na AI. Esta cana será transformada em álcool/açúcar, que com certeza terá a produção escoando por todo o território nacional.</p> | | | |

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------|--------|----------------|
| Área de Interferência Direta do empreendimento | 0,0300 | | |
| Área de Interferência Indireta do empreendimento | 0,0500 | 0,0500 | X |
| Total Índice de Abrangência (FA) | 0,0800 | | 0,0500 |
| Somatório $FR+(FT+FA) = 0,37+ (0,1+0,05) =$ Valor do GI apurado | | | 0,5200% |
| Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação | | | 0,5000% |

1.3 Reserva legal

O empreendimento é de natureza agrossilvopastoril, podendo fazer jus ao benefício do art. 19 do Decreto 45.175/2009:

As áreas de Reserva Legal da Fazenda Indiana estão descritas na Tabela 1 (pág. 17/38, do Relatório Técnico, apresentado para responder à solicitação da SUPRAM TMAP de informações complementares, através do OFÍCIO / SUPRAM TM AP DAT Nº 374/2020; Tanto o relatório como o ofício encontram-se no doc. SEI 31118419):

Tabela 1 – Áreas de Reserva Legal compensadas dentro e fora da propriedade.

| Matrícula | Área Matriculada (ha) | Área de Reserva (ha) | OBS. |
|--------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------------------------------------------|
| 11.925 | 1.376,87 | 157,23 | Averbados no imóvel |
| | | 117,88 | Compensados na Matrícula 839 CRI Montalvânia – MG (RPPN) |
| | | 6,40 | Compensados na Matrícula 13.152 CRI Campina Verde - MG |
| | | 0,27 | Compensados na Matrícula 6.248 CRI Vazante – MG (RL 3B) |
| 11.926 | 120,4586 | 30,00 | Compensados na UC Parque Estadual Serra do Papagaio |
| 19.795 | 353,4616 | 70,50 | Compensados na Matrícula 6.248 CRI Vazante – MG (RL 3) |
| 19.796 | 11,0173 | 0,00 | - |
| 19.797 | 200,8099 | 39,94 | Compensados na Matrícula 839 CRI Montalvânia – MG (RPPN) |
| | | 0,26 | Compensados na Matrícula 6.248 CRI Vazante – MG (RL 3A) |
| Ár. Total (ha) | 2.062,6174 | 422,48 | |
| 20% da Area Total para RL (ha) | | 412,5235 | |

Efetuando os cálculos para verificar a percentagem de reserva legal do empreendimento, temos:

$$422,48 \times 100 / 2.062,6174 = 20,4827\%.$$

Portanto, o valor é inferior a 1%, ou seja, inferior ao valor mínimo exigido pela norma para fazer jus ao estabelecido no Art. 19 do Decreto 45.175/2009.

2. APLICAÇÃO DO RECURSO

2.1 Valor da Compensação ambiental

O empreendimento iniciou suas atividades após de 2000, conforme Declaração Doc. SEI nº 31118408, ou seja, após a Lei Federal 9.985/2000.

Nos termos do Decreto 45.629/11, art. 11, inciso II:

Art. 11 O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de Referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto (GI).

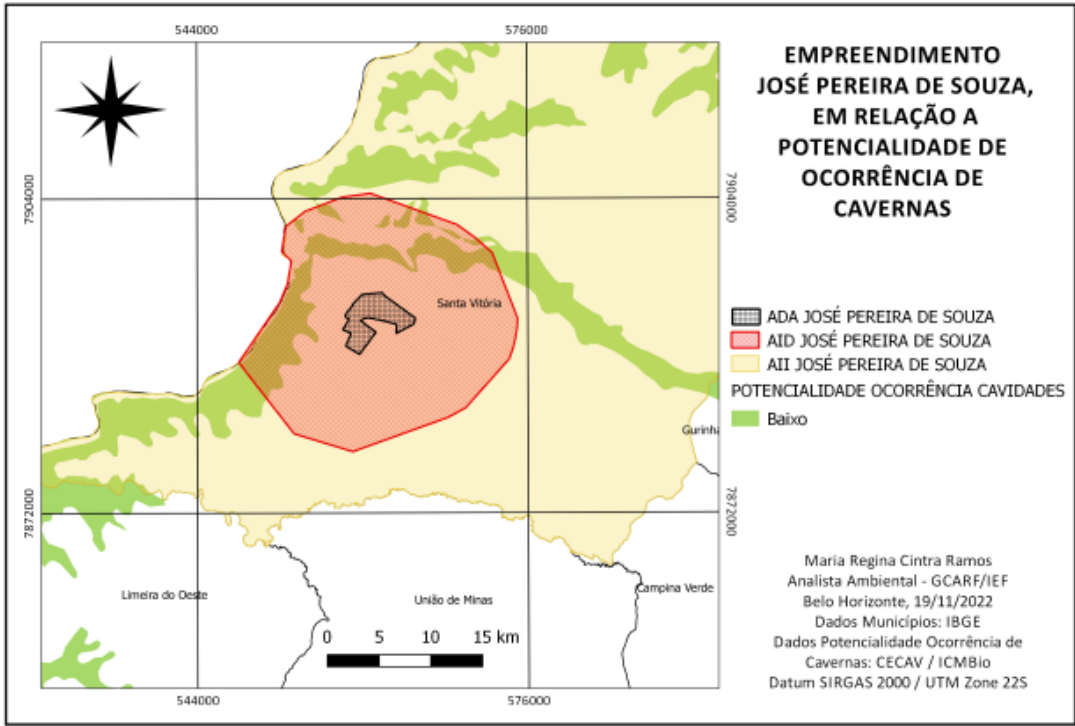
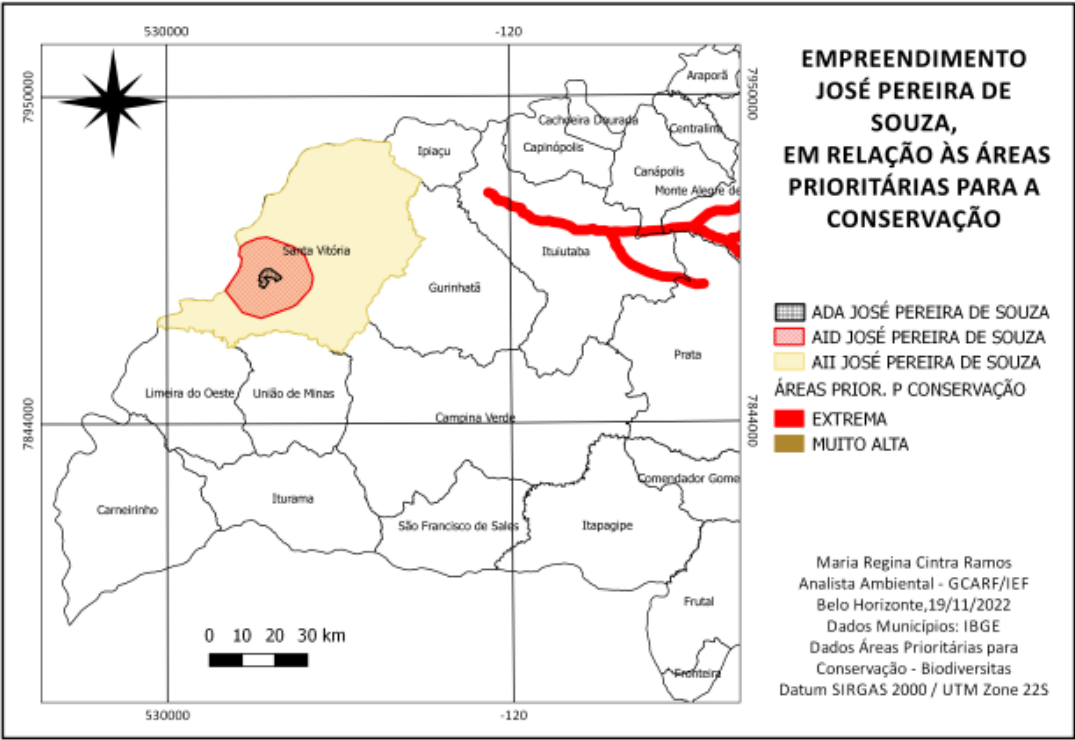
| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Valor de Referência do empreendimento (15/06/2021) | R\$ 19.703.453,20 |
| Valor de Referência do empreendimento Atualizado - VRA (nov/2022) | R\$ 22.015.515,51 |
| Taxa TJMG ¹ :1,1173430 | 1,1173430 |
| Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação | 0,500% |
| Valor da Compensação Ambiental (GI x VRA) – (referente nov/2022) | R\$ 110.077,58 |
| 1 - Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC. Fonte: TJ/MG. | |

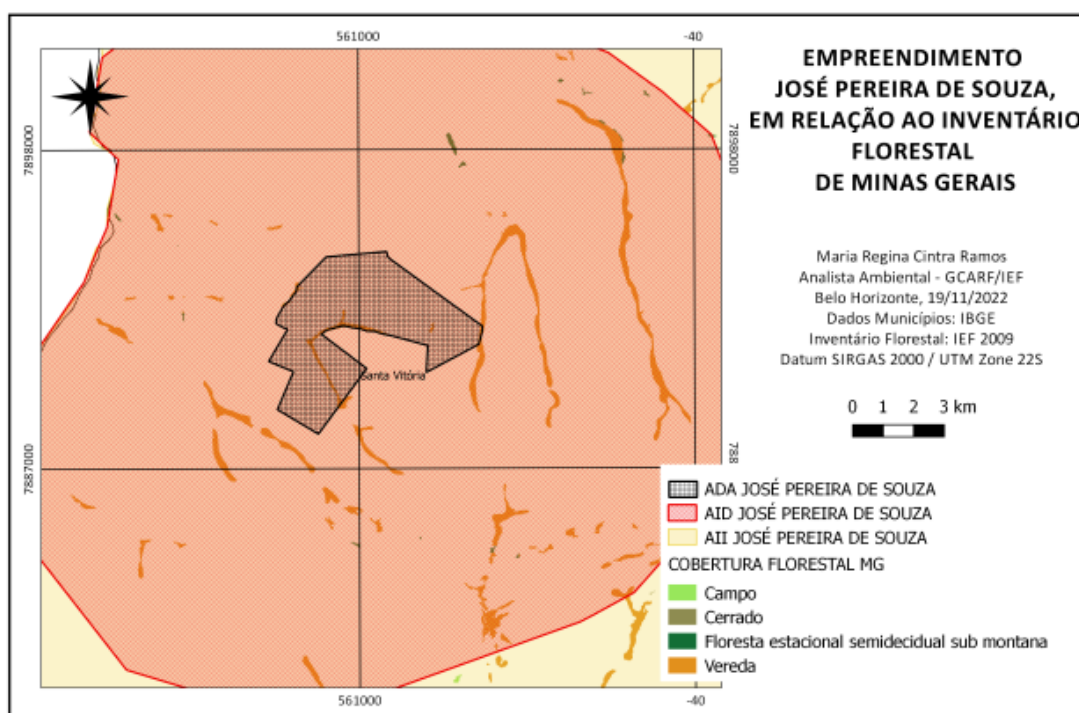
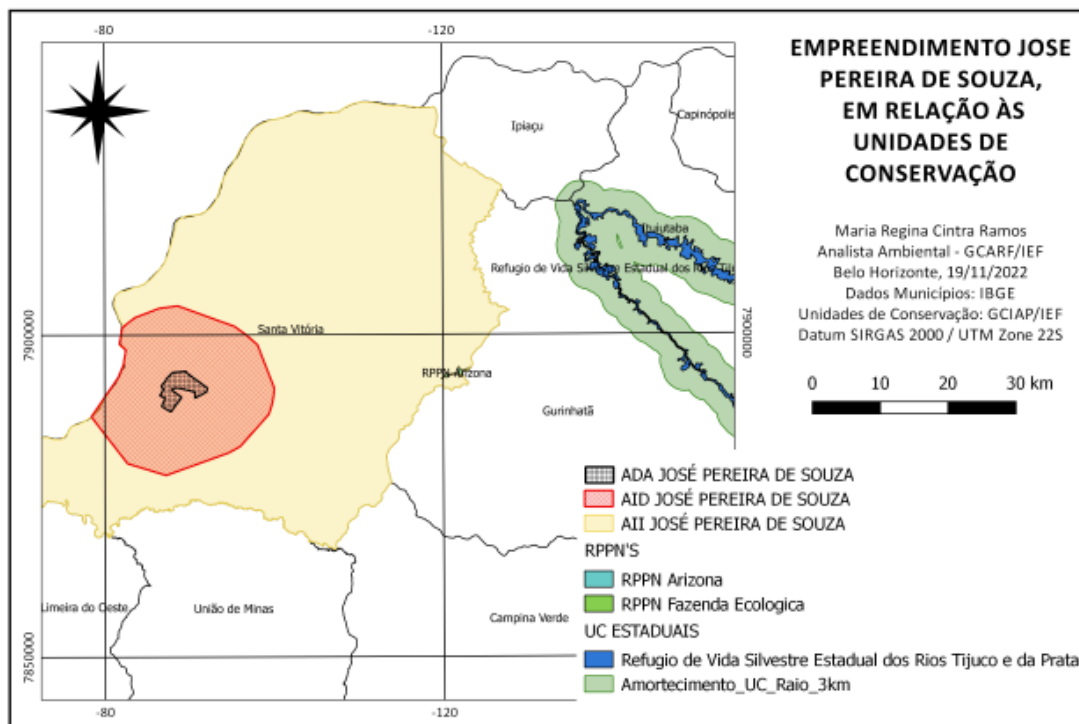
Ressaltamos que a Planilha de Valor de Referência (VR) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade.

Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se a planilha VR referente aos investimentos (R\$) estava adequadamente preenchida. Na elaboração deste parecer técnico não houve participação de Analistas ou Gestores Ambientais com formação acadêmica ou profissional legalmente habilitado em contabilidade. Assim, o escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração ou validação contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes na Declaração apresentada pelo empreendedor. O valor de VR foi extraído da planilha e posteriormente utilizado para a obtenção da compensação ambiental.

2.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Empreendimento e Unidades de Conservação” apresentado, o empreendimento não afeta Unidade de Conservação ou mesmo áreas de amortecimento das mesmas.





4. CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de processo de compensação ambiental formalizado pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI - Processo SEI Nº 2100.01.0037365/2021-54- conforme determina a Portaria IEF nº 77, de 01 de julho de 2020, que instituiu a gestão, por meio digital, dos processos administrativos de compensação mineral e de compensação ambiental, previstas no art. 75 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e no art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

O processo encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012, que estabelece procedimentos para a formalização de processos de compensação ambiental, a que se refere o art. 7º, § 1º do Decreto Estadual Nº 45.175/2009.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 10894/2018/001/2019 (LOC), que visa o cumprimento da condicionante nº 05, definida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0562417/2020 (31118406), devidamente aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com análise técnica, o empreendimento não afeta as unidades de conservação.

O empreendimento foi implantado após 19 de julho de 2000, conforme declaração nº (31118408). Dessa forma, conforme inciso II, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto nº 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

(...)

II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.

O empreendedor apresentou à GCARF/IEF o Valor de Referência, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação Técnica de Responsabilidade, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual nº 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº 45.629/2011.

O valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei nº 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

Por fim, embora o empreendimento desenvolva atividades agrossilvopastoris, o mesmo não faz jus a redução prevista no artigo 19 do Decreto 45.175/2009, haja vista que não atendeu aos requisitos determinados no dispositivo, conforme se verifica no item 1.3, do parecer: “ *Para empreendimentos agrossilvopastoris será concedida a redução de zero vírgula zero um por cento do percentual de GI apurado, **para cada um por cento de reserva legal averbada acima do percentual mínimo exigido por lei, desde que comprovado seu bom estado de conservação**”.* (sem grifo no original). Ressalta-se que o Pu da Supram não menciona o estado de conservação da reserva legal.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, calculados pela área técnica, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2022.

5. CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

Maria Regina Cintra Ramos

Analista Ambiental

MASP 1.253.009-3

Elaine Cristina Amaral Bessa

Analista Ambiental

MA SP: 1.170.271-9

De acordo:

Mariana Yankous Gonçalves Fialho

Gerente da Compensação Ambiental e Regularização Fundiária

MA SP: 1.342.848-7



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina Amaral Bessa, Servidor (a) Público (a)**, em 21/12/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Cintra Ramos, Servidora**, em 27/12/2022, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Yankous Gonçalves Fialho, Gerente**, em 09/01/2023, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56584508** e o código CRC **7BE02047**.